

A FOME E A POBREZA NA REGIÃO DO CONTESTADO CATARINENSE: UMA ANÁLISE DE RELATOS JORNALÍSTICOS CEM ANOS APÓS A GUERRA DO CONTESTADO

*Famine and poverty in the catarinense contestado region: an analysis of journalistic reports a hundred years after
the contestado's war*

Vanessa Maria Ludka¹
Sérgio Augusto Pereira²
Mariana Pereira³

Recebido em: outubro de 2017

Aceito e Publicado em: dezembro de 2017

Resumo

Cem anos depois do fim da Guerra do Contestado, maior conflito da América Latina, é intrigante e curioso discutir sobre essa região que há um século, foi contestada por dois estados, Paraná e Santa Catarina, sendo uma luta ideológica por conquista de território, alimentado por vários fatores que se entrelaçam, sejam de ordem social, política, econômica, cultural, seja de ordem religiosa. Os dois estados em questão têm uns dos maiores índices de desenvolvimento humano – IDH – do Brasil, sendo que, a região que foi contestada pelos dois estados, denominada como Região do Contestado, hoje é uma das regiões mais pobres do país, ou seja, uma ilha de pobreza em meio a um mar de desenvolvimento. Esta pesquisa tem por objetivo fazer uma análise da fome e da pobreza na Região do Contestado Catarinense após cem anos da Guerra do Contestado a partir de dados socioeconômicos e relatos jornalísticos. Metodologicamente essa pesquisa foi realizada por meio de pesquisas bibliográficas, arquivos digitais, jornais e levantamento de dados socioeconômicos. Estudar a fome hoje, sem dúvida, é percorrer os caminhos da ciência e da técnica no território, mediatizadas pelo mercado (escassez e abundância), e as geografias da fome são produtos de apropriação desigual de valor, pois a comida é valor de uso para todos os seres humanos - é a condição da existência humana na Terra.

Palavras-chave: Fome; Pobreza; Guerra do Contestado.

Abstract

A hundred years after the Contestado War, the biggest Latin America's conflict, it is intriguing and curious to discuss about the region that was contested by two states – Paraná and Santa Catarina a hundred years ago, being an ideological fight for territory conquer, fed by various factors that link each other, in social, political, economical, cultural and religious orders. Both states have one of the biggest human development index of Brazil – IDH- region contested by both states, named as Contestado Region, currently one of the poorest in the country, that is, a poor island in the middle of a developed area. This research aims at analysing the famine and poverty in the Catarinense Contestado Region after a hundred years of this war from socioeconomic data and journalistic reports. Methodologically, this research was done through bibliographical researches, digital files, newspapers, and socioeconomic surveys. Studying the famine is currently, undoubtedly, go through the Science and technic ways in the territory, mediated by the Market (scarcity and abundance) and the Famine Geographies are products of unequal value belonging, once that food is an usage value for all human beings – it is a human existence condition on Earth.

Key words: Famine, Poverty, Contestado's War

INTRODUÇÃO

A fome é um fenômeno tão antigo que aprendemos, resignadamente, a conviver com ela, a tratá-la como uma fatalidade mais forte que nós; como se ela fosse um acontecimento natural, na verdade, ela é um grave problema social ainda contemporâneo.

Esta pesquisa tem por objetivo fazer uma análise da fome e da pobreza na Região do Contestado Catarinense após cem anos da Guerra do Contestado a partir de dados socioeconômicos e relatos jornalísticos. Metodologicamente essa pesquisa foi realizada por meio de pesquisas bibliográficas, arquivos digitais, jornais e levantamento de dados socioeconômicos.

Para formar e designar como Região do Contestado, optou-se por estudar duas associações de municípios⁴ que compõem as seguintes microrregiões catarinenses: a AMPLANORTE e AMARP – a estas duas se dá o nome de Região do Contestado, por serem mais do que representativas no contexto das análises desta pesquisa. A AMPLANORTE é a Associação dos Municípios do Planalto Norte Catarinense; a mesma é composta pelos seguintes municípios: Bela Vista do Toldo, Canoinhas, Irineópolis, Itaiópolis, Mafra, Major Vieira, Monte Castelo, Papanduva, Porto União e Três Barras. Já a AMARP é Associação dos Municípios do Alto Vale do Rio do Peixe, que é composta pelos consecutivos municípios: Arroio Trinta, Caçador, Calmon, Fraiburgo, Iomerê, Lebon Régis, Macieira, Matos Costa, Pinheiro Preto, Rio das Antas, Salto Veloso, Timbó Grande e Videira. O Mapa 1 representa a localização da área territorial político-jurídica em questão, ou seja, a região em estudo.

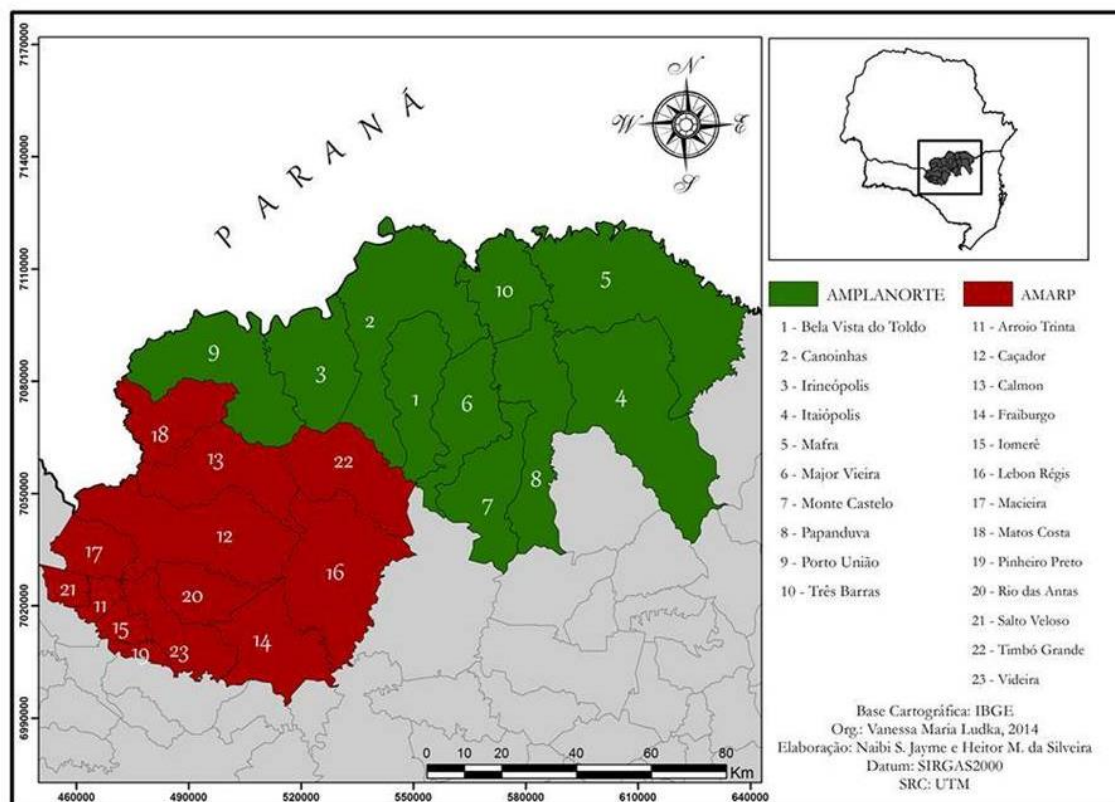
A delimitação da área de estudo se deu na escolha dessas duas associações pelo motivo de que lá ocorreram as principais batalhas da Guerra do Contestado, para abrir e entregar aquele espaço geográfico para o capital estrangeiro e a imigração/colonização estrangeira, sendo que aquele espaço geográfico se encontrava em posse dos caboclos fazia aproximadamente dois séculos.

O presente artigo está dividido em dois momentos: no primeiro momento faz-se uma breve apresentação do que foi a Guerra do Contestado, uma das maiores guerras civis do continente americano ocorrida entre o ano de 1912 a 1916.

No segundo momento apresenta-se uma análise da fome e da pobreza na Região do Contestado por meio de dados socioeconômicos e reportagens jornalísticas publicadas em jornais catarinenses durante o centenário da Guerra do Contestado.

A fome e a pobreza na Região do Contestado são históricas, como poderá ser visto nos relatos dos sobreviventes da Guerra do Contestado, crianças na época, e que hoje são anciões de mais de 100 anos e que trazem a memória da dor da Guerra e da fome por ela geradas.

Mapa 1: Região do Contestado: Associações de municípios: AMPLANORTE e AMARP.



Fonte: Ludka (2014) Adaptado de Base Cartográfica do IBGE (2014).

Guerra do Contestado, que guerra é essa?

De 1912 a 1916, ocorreram, em Santa Catarina, numa área em litúgio com o vizinho Paraná, os fatos mais sangrentos das suas histórias, quando a população do Planalto pegou em armas e deu o grito de guerra, no episódio que ficou conhecido como a Guerra do Contestado. Foram várias as causas do conflito armado, pois, na mesma época e no mesmo lugar, ocorreu um movimento messiânico de grandes proporções, uma disputa pela posse de terras, uma competição econômica pela exploração de riquezas naturais, e uma questão de limites interestaduais (FRAGA, 2010, p. 139).

A Guerra do Contestado, em si, foi definidora dos territórios atuais de Santa Catarina e do Paraná, além de constituir aquelas denominadas Região do Contestado Catarinense e Sul Paranaense, onde, conforme Eduardo Galeano (1986), verificou-se uma das maiores guerras civis do continente americano, pois o genocídio de milhares de camponeses pobres foi a sua principal marca. A Guerra do Contestado é um episódio complexo, pois é alimentado por vários fatores que se entrelaçam, sejam de ordem social, política, econômica, cultural, sejam de ordem religiosa (FRAGA, 2009, p. 17).

A Guerra do Contestado reuniu, no mesmo tempo e no mesmo espaço geográfico, mais de 30 mil pessoas – habitantes da região na época –, desde fazendeiros, em defesa de suas propriedades, até posseiros tentando se manter em terras devolutas, “fanatizados” por promessas messiânicas, e oportunistas que viam no movimento ocasião para exercerem pressões políticas acerca dos limites disputados entre Santa Catarina e o Paraná. A guerra, durante quatro anos, ceifou a vida de milhares de sertanejos.

O Contestado foi também um movimento tido como messiânico. Os responsáveis pela caracterização deste movimento foram os monges que deixaram, por onde passaram, registros em todo Sul do País. Eram profetas, curandeiros, santos, conselheiros, que irradiavam amor, devoção, simplicidade e caridade conhecidos como João Maria e José Maria (FRAGA, 2006).

Relatos jornalísticos da fome e pobreza na região do contestado

É intrigante e curioso discutir sobre uma região que há um século, foi contestada por dois estados, Paraná e Santa Catarina, sendo uma luta ideológica por conquista de território. Os dois estados em questão têm uns dos maiores índices de desenvolvimento humano – IDH – do Brasil, sendo que, em meio a isso, a região que foi contestada pelos dois estados, denominada como Região do Contestado, hoje é uma das regiões mais pobres do país, ou seja, uma ilha de pobreza em meio a um mar de desenvolvimento. Neste capítulo serão relatados alguns noticiários de jornais e dados referentes à pobreza na Região do Contestado, bem como um relato de uma moradora Cabocla de Lebon Régis, que vivenciou a guerra e a pobreza pós-guerra.

A fome constitui uma das expressões da problemática social, em decorrência do processo histórico de concentração de renda. A fome não é decorrência da baixa produção de alimentos, mas da falta de recursos da população, que não possui renda suficiente para adquiri-los.

O primeiro dos nossos objetivos é demonstrar que a fome, apesar de constituir fenômeno universal, não traduz uma imposição da natureza. Estudando a fome em diferentes regiões da Terra, veremos em evidência o fato de que, via de regra, não são as condições naturais que conduzem os grupos humanos à situação de fome, e sim certos fatores culturais, produto de erros e defeitos graves das organizações sociais em jogo. A fome determinada pela inclemência da natureza constitui um acidente excepcional, enquanto que a fome como praga feita pelo homem constitui uma condição habitual nas mais diferentes regiões da Terra: toda terra ocupada pelo homem tem sido por ele transformada em terra da fome (CASTRO, 1961 p. 79).

Assim como a fome, a pobreza não é apenas um fenômeno estatístico ou biológico, mas é também político. Não é só atraso no acesso aos bens de consumo, mas privação de cidadania. Vale dizer, é consequência estrutural de um modelo de desenvolvimento que gera privilégios e

privações à medida que se expande, ou se retrai, sem regulação social (GRAZIANO DA SILVA, 2003).

Conforme Sen (2010), a pobreza deve ser entendida não apenas como uma condição de insuficiência de renda, mas como um estado de privação de liberdade (ou liberdade de escolha), podendo refletir-se em morte precoce, baixos índices educacionais, desemprego, morbidez, exclusão social, dentre outras deficiências. Trata-se, portanto, de uma ausência de liberdade para realizar coisas que são valiosas para o viver humano, os chamados funcionamentos. Uma renda inadequada é, com efeito, uma forte condição predisponente de uma vida pobre.

As questões socioeconômicas da Região do Contestado são tão complexas que, em 27 de fevereiro de 2000, o Jornal Gazeta do Povo publicou, na página 13, uma reportagem de Victor Folquening, intitulada “Cidades do Norte Catarinense querem ser anexadas ao Paraná”; as queixas são voltadas à distância da capital catarinense Florianópolis e ao descontentamento com a situação econômica e política da Região, em que na época, a Região foi alcunhada de Corredor da Fome; a seguir, a reportagem na íntegra, pois demonstra parte da problemática da região em foco:

No Norte de Santa Catarina, poucas as cidades escapam da ligação partidária com o governo estadual. A grande maioria dos prefeitos pertence ou apoia o PPB, partido do governador Esperidião Amin. No Planalto Norte, por exemplo, só Monte Castelo está nas mãos do PMDB, oposição declarada ao governo estadual. Mesmo assim, o descontentamento com a situação econômica e política traz de volta o debate sobre a divisão territorial entre Paraná e Santa Catarina. “Devíamos ter perdido a Guerra do Contestado”, diz Vilmar Bueno, assessor da prefeitura pepebista de Papanduva. “Assim hoje pertenceríamos oficialmente ao Paraná”. Extra-oficialmente, Papanduva e seus vizinhos têm muitos motivos para se sentirem “paranaenses”. Na prática, nosso estado é o Paraná. “Para tudo, de compra de peças a serviços ao setor de Saúde, procuramos Curitiba”, resume o prefeito Mauri Gren (PPB). Bueno aponta o exemplo da avicultura: “Cerca de 260 granjeiros dependem de uma empresa da Lapa (PR).” “Se tivesse brecha, seríamos os primeiros a correr para o Paraná”, garante Edilson Lisboa, prefeito de Monte Castelo, cidade que destina 80% da receita à folha de pagamento. “Temos uma previsão de contar com R\$ 128 mil no próximo mês, mas nossos fastos chegam a R\$ 137 mil.” Com apenas um deputado para representar 13 municípios, a região já ganhou o apelido de “Corredor da Fome”. Os problemas incluem também a distância da capital Florianópolis e as más condições de muitas vias. Papanduva, por exemplo, espera a pavimentação de uma estrada para Blumenau há 20 anos (FOLQUENING, 2000, p. 13).

Tal matéria, em princípio, apenas demonstra interesses econômicos e também políticos, pois na porção Nordeste do Rio Grande do Sul, os municípios fizeram tal movimento para ser anexados à Santa Catarina nos anos noventa.

No dia 26 de novembro de 2012 o jornal Diário Catarinense publicou um encarte especial sobre a economia de Santa Catarina; neste dia enfocando a região Norte – primeiramente há que

se mencionar que Santa Catarina não possui oficialmente uma região geográfica denominada de Norte, apenas a Região Nordeste catarinense, que englobaria aquilo que poderia ser a dita região Norte no jornal em questão. A reportagem tem como título “Motor Industrial do PIB do Estado: a região que concentra os maiores investimentos”. O que chama atenção nesse encarte são os municípios de Joinville e Jaraguá do Sul pertencerem à dita região Norte, e carregarem consigo uma região que é apelidada de “Corredor da Fome”, no caso, o Planalto Norte catarinense que, com isso, ganharia dois municípios para elevar as estatísticas econômicas regionais – algo contraditório, mais do que na própria divisão regional estadual.

A reportagem já inicia destacando ambos os municípios como destaque na produção estadual e até mesmo nacional, para não destacar o que realmente é essa dita região Norte e, para mencionar algo sobre a porção pobre ou menos desenvolvida, publicam, no mesmo encarte, uma reportagem sobre a produção agrícola, em que intitulam “De região mais pobre do estado à segunda maior produtora agrícola”.

Depois do Oeste, O Planalto Norte é a segunda região em produção agrícola do Estado. Cresce combinando a força dos pequenos agricultores de erva-mate aos grandes produtores de grãos, que investem em alta tecnologia para bater recordes de produtividade (DELEUSE; GUATTARI, 2012, p. 11).

Logo se percebe que colocar os municípios de Joinville e Jaraguá do Sul como região Norte é uma forma de camuflar dados reais sobre as condições socioeconômicas regionais, principalmente para manter a tese de que Santa Catarina é um estado desenvolvido, cujos problemas sociais como a pobreza e a fome seriam imperceptíveis.

Em outra matéria referente à Região do Contestado, escrita por Leonencio Nossa e Celso Júnior no Jornal Estadão em 2012, noticia a Região do Contestado fazendo uma comparação de taxas de pobreza entre duas cidades da Região, Timbó Grande e Calmon com a capital do estado, Florianópolis. Observa-se nesta reportagem, a discrepância das porcentagens do indicador em questão, que é a taxa de pobreza.

A região do Contestado é um Nordeste Brasileiro encravado numa Europa. As cidades onde ocorreram os mais dramáticos combates entre militares e caboclos apresentam índices de desenvolvimento semelhantes aos dos grotões nordestinos. Dos sete mil moradores de Timbó Grande, município em que ocorreu a batalha final de Santa Maria, 44,2% são pobres ou indigentes. Em Calmon, cidade de três mil habitantes, o percentual é ainda maior, 46,8%. Na capital, Florianópolis, o número de pessoas pobres e indigentes é de 7,9% (NOSSA; JÚNIOR, 2012A).

Na mesma notícia, o Jornal traz uma comparação entre a cidade de Timbó Grande e o estado de Santa Catarina, em relação à renda per capita das famílias, sendo que no município em

questão, 39% das famílias tem uma renda per capita de até meio salário mínimo, enquanto que no estado, esse número cai para 13, 21%, sendo estes dados oficiais coletados pelo IBGE (2010).

Em Timbó Grande, 39% das famílias têm renda per capita de até meio salário mínimo, segundo dados do Censo 2010. A média em Santa Catarina é de 13,21%. A desigualdade tem acompanhado o avanço da indústria de pinus no município. Desde que surgiram as plantações no território do município, no começo dos anos 1990, a disparidade entre classes aumentou. A participação dos 20% mais pobres na renda caiu de 2% em 1991 para 0,9% em 2000. (NOSSA; JÚNIOR, 2012A).

O Governo Federal, em 2011, investiu oito vezes mais na capital do Estado do que em Timbó Grande, município da Região do Contestado e onde ocorreu a maior batalha da guerra, sendo que “os números foram obtidos a partir de uma comparação de dados do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi) e do Censo 2010, do IBGE” ((NOSSA; JÚNIOR, 2012A). Percebe-se com a reportagem, que não há uma preocupação efetiva do poder público em sanar problemas sociais existentes nesta região. Como se pode observar, as áreas que precisam de maior investimento em políticas públicas sociais para diminuir as desigualdades não as têm, enquanto que as áreas com maiores IDHs continuam recebendo grandes investimentos do Governo Federal.

Nos últimos doze meses, a capital Florianópolis, com 421 mil habitantes, recebeu R\$ 224,5 milhões dos cofres de Brasília, o que representa R\$ 533 por morador. Em Timbó Grande, onde ocorreu a maior batalha do Contestado, cidade de 7,1 mil habitantes, o governo repassou R\$ 431 mil - R\$ 60 por pessoa, oito vezes menos que o gasto com o morador da capital. (NOSSA; JÚNIOR, 2012A).

Mesmo com todas as políticas sociais do Governo Federal visando diminuir as desigualdades sociais existentes no Brasil, o repasse de verbas para essa região, que é uma das mais pobres do país, com os menores índices de IDHs, é bem inferior em relação às outras regiões dos estados de Santa Catarina com IDHs bem superiores, originando assim, uma região com uma taxa de pobreza e extrema pobreza relativamente alta, quando comparada com outras regiões do estado, e do Brasil.

Pela análise dos números de repasses de verbas públicas, a região do Contestado deverá continuar uma ilha de pobreza no Sul do Brasil. Ao longo de 2011, o governo federal priorizou nas suas ações de melhoria dos índices de desenvolvimento humano as grandes cidades e os municípios médios e pequenos do Vale do Itajaí, do Sul e do Extremo Oeste de Santa Catarina, onde o porcentual de miséria não passa de um dígito. Já os municípios do Contestado, que registram mais de 40% da população na faixa de indigência e pobreza, foram relegados a segundo plano. (NOSSA; JÚNIOR, 2012A).

Até meados do século passado (XX), a fome era como um tabu: o silêncio cobria os túmulos, o massacre era fatal. Como a peste na Idade Média, a fome era considerada como um flagelo insuperável, de tal natureza que a vontade humana, diante dela, nada podia fazer (CASTRO, 1961). No ano de 1951, Josué de Castro dedicava todo um capítulo do livro, Geopolítica da Fome, a esse denominado “tabu da fome”, onde, segundo ele “é, pois, a fome, indiscutivelmente, a mais fecunda matriz de calamidade e dela, no entanto a nossa civilização sempre procurou desviar a vista, com medo de enfrentar a realidade”, as pessoas sentem-se tão envergonhadas de saber que uma grande parte de seus semelhantes morrem por falta de alimento que ocultam o escândalo com um espesso silêncio. Esta vergonha é compartilhada pelos governantes e pela maioria de nós como afirma o autor (1961, p. 47).

Em Santa Catarina isso não é diferente, e no dia 21 de junho de 2015, O jornal Diário Catarinense publicou uma reportagem em encarte especial intitulada “As quatro estações de Iracema e Dirceu”, em que uma equipe de reportagem passou dois anos e sete meses (quatro estações), acompanhando uma família no município de Timbó Grande, que faz parte da área de estudo desta pesquisa, família essa que se encaixa na estatística de extrema pobreza. A reportagem tomou tamanha repercussão que, no dia 23 de junho de 2015, o Governo Catarinense respondeu a reportagem dizendo que faria um diagnóstico detalhado e traçaria ações para erradicar a pobreza extrema no estado.

Ao encontro de tudo o que foi apresentado nesta pesquisa, outra reportagem do Jornal Estadão também de Leonencio Nossa e Celso Júnior do ano de 2012, noticia a história de uma senhora que conviveu com a Guerra do Contestado ainda enquanto criança, e a mesma narra fatos que viu e sentiu. Segundo Nossa e Junior (2012B) Maria Trindade Martins, moradora de Lebon Régis, umas das cidades da Região do Contestado, relata como a fome atingiu os Caboclos durante a guerra, e de como era difícil se manter firme diante dessas dualidades, lidar com a fome e com a guerra. Ela tinha seis anos quando a guerra começou e dez anos quando terminou.

Ela relata que os caboclos chegaram a comer até couro de cintos para saciar a fome. Maria tinha seis anos quando a guerra começou e 10 quando o conflito terminou. "Eu passei fome no mundo. Sei o que é fome", relata. "Nossa, a gente sofreu muito. Um dia é pouco para eu contar tudo o que vivi." (NOSSA; JÚNIOR, 2012B).

Ainda na mesma notícia, o Jornal Estadão escreve um trecho do depoimento de Maria Trindade Martins, o qual narra as dificuldades que os Caboclos enfrentavam por causa da fome e da pobreza, durante a guerra e também depois do conflito com as tropas do estado.

"Nasci no dia 8 de maio de 1906, numa casa perto da coletoria velha, aqui em Lebon Régis. [...] A gente trabalhava na roça, com foice, machado. Já derrubei mata. [...] Muita gente virou crente. Eu não viro. Morro católica. Os jagunços

eram todos devotos de São João Maria. [...] Depois da guerra, passavam aquelas crianças famintas na estrada, eu ficava olhando. Elas não podiam comer tudo que estava na mesa, porque tinham passado muita fome na guerra e só conseguiram chupar osso e comer broto. Muitas morriam. É triste” (NOSSA; JÚNIOR, 2012B).

Pode-se notar pelo depoimento da Maria Trindade, que durante e após a guerra, a vida dos Caboclos não foi fácil. Após um século do término da guerra, a pobreza e a miséria ainda assola a região, sendo comparada a regiões com que possuem os piores indicadores sociais do país, como a região mais miserável do Nordeste Brasileiro.

Com todos os dados e notícias transcritas neste trabalho percebe-se que o território onde aconteceu a guerra entre as tropas do governo e os Caboclos, sempre passou por um histórico de pobreza. “No que concerne à qualidade de vida, a Região do Contestado possui as cidades com os piores Índices de Desenvolvimento de Santa Catarina, fruto da concentração histórica da terra” (LUDKA, 2016, p, 12). Desta forma, muita terra esteve e ainda hoje está na mão de poucos, e muitos Caboclos sobreviventes daquele conflito, tiveram que sair de onde moravam há muitos anos e foram obrigados a tentar a vida em outros lugares, apenas com o pouco que lhes restavam. Com esta reflexão pode se ter a compreensão do por quê da fome, da pobreza e da miséria na Região do Contestado.

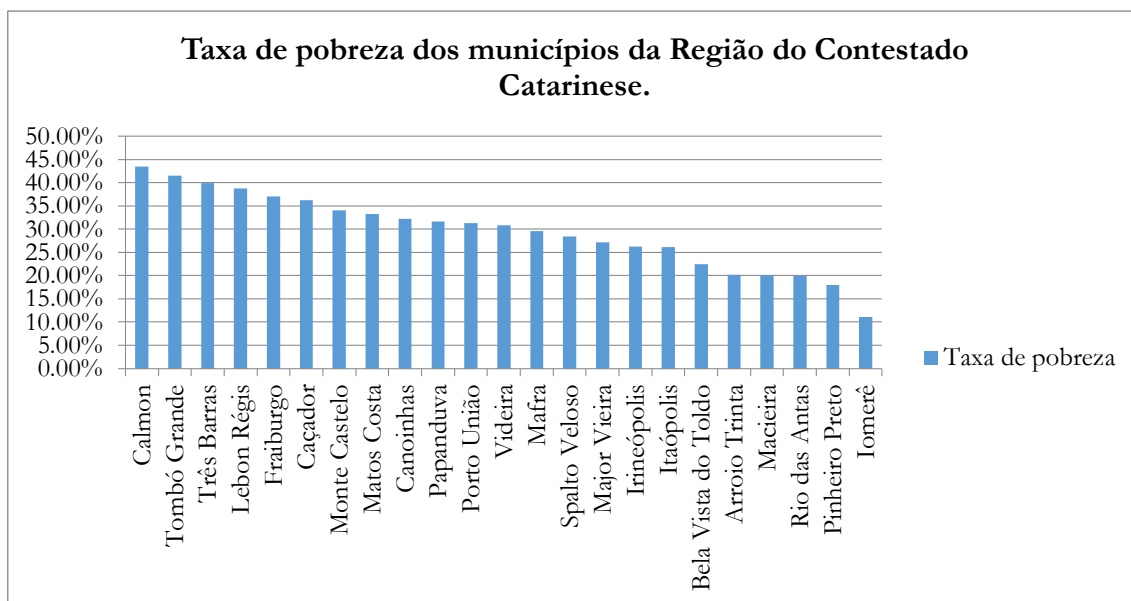
Em estudos realizados na região, foi possível constatar que a fome conjuntural foi marcante no período da Guerra do Contestado, a fome estrutural está presente atualmente, pois a falta de recursos para a aquisição de alimentos e a ausência persistente de uma alimentação adequada é a realidade de muitas famílias daquela região. A fome crônica também é a realidade de muitas famílias, pois muitas delas comem menos do que deveriam para desenvolver seu organismo e levar uma vida saudável. E a fome oculta ou invisível é a mais presente, pois muitas famílias não ingerem as vitaminas necessárias para manter uma vida saudável. (LUDKA, 2016, p. 10).

A fome e a Pobreza faz parte do cotidiano de muitas famílias que vivem no estado de Santa Catarina, particularmente na Região do Contestado, assim desmistificando que o Sul do Brasil tem um território extremamente rico e farto. Para ilustrar, um gráfico foi construído (GRÁFICO 01), com dados de 2003 coletados pelo IBGE, com as taxas de pobreza de todos os municípios que fazem parte da Região do Contestado Catarinense, para que se possa melhor visualizar e compreender os resultados desta pesquisa.

Com o gráfico pode-se notar a quão necessitada e carente de políticas públicas a Região do Contestado é. Deve o Governo Federal, Estadual e os Governos Municipais de cada cidade, voltar essas políticas públicas sociais para as camadas mais necessitadas e que estão em situação de vulnerabilidade social, para que essa discrepância de indicadores sociais que existem dentro do

estado de Santa Catarina possa diminuir, para que assim se torne um Estado mais justo e igualitário, dando oportunidades e qualidade de vida a todos os cidadãos Catarinense.

GRÁFICO 01 – Taxa de pobreza dos municípios da Região do Contestado Catarinense.



Fonte: IBGE (2003). Elaborado pelos Autores (2017).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A vergonha do passar fome esteve presente nas reportagens realizadas com as pessoas da Região do Contestado, e também com o poder público que não encara a situação como uma questão socioeconômica e, conseqüentemente, não traça estratégias para ajudar no rompimento da fome e da pobreza no seu município, pois sabe-se que ao cidadão, a situação é mais complicada, pois romper as amarras da pobreza é quase uma missão hercúlea.

Nos relatos dos sobreviventes da Guerra do Contestado, é possível perceber a memória da dor da Guerra e da fome por ela gerada. Diversos autores relatam a existência da fome antes do período da Guerra, entretanto, a Guerra do Contestado teve como consequência uma grave desestruturação da organização socioeconômica da região, causando o estabelecimento da fome conjuntural em uma escala sem precedentes.

Cabe ao Estado criar estratégias de desenvolvimento, criando políticas públicas e ações para romper a desigualdade regional e fixar a população, no campo e na pequena cidade onde vive, aumentando a qualidade de vida da mesma, ampliando, assim, as possibilidades futuras dos cidadãos. A dívida do Estado com a Região do Contestado é secular, isso considerando o modelo de exploração que ocorreu e gerou a própria Guerra do Contestado há 100 anos, deixando-a com altos índices de pobreza e fome, fruto do imperialismo econômico presente na região, desde a

entrada do grande Capital estrangeiro e do modo de produção capitalista por intermédio da Cia. Lumber.

Estudar a fome é hoje, sem dúvida, percorrer os caminhos da ciência e da técnica no território, mediatizadas pelo mercado (escassez e abundância), e as geografias da fome são produtos de apropriação desigual de valor, pois a comida é valor de uso para todos os seres humanos - é a condição da existência humana na Terra.

Há muitas fomes e pobreza na Região do Contestado; além da fome de comida, há fome de políticas sociais, há fome de cultura, fome de oportunidades, fome ambiental de sustentação da vida, fome de serviços básicos, fome de terra para plantar, fome de liberdade.

Há Fome na Região do Contestado, paradoxalmente, no Sul do Brasil, rico e desenvolvido?

REFERÊNCIAS

CASTRO, J. **Geopolítica da Fome**: Ensaio sobre os problemas de alimentação e de população do mundo. 6ª ed. v.1. São Paulo: Editora Brasiliense, 1961.

DELEUSE, G; GUATTARI, F. Encarte especial SC potência Econômica – Motor Industrial do PIB do Estado. A região que concentra os maiores investimentos. **Diário Catarinense**, Florianópolis, página 01-12,26 de novembro de 2012.

FOLQUENING, V. Cidades do Norte Catarinense querem ser anexadas ao Paraná, **Jornal Gazeta do Povo**, Curitiba, página 13, 27 de fevereiro de 2000.

FRAGA, N. C. **Contestado**, o território silenciado. Florianópolis: Insular, 2009.

FRAGA, N. C. **Mudanças e permanências na rede viária do contestado: uma abordagem acerca da formação territorial no Sul do Brasil**. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba – PR, p.188, 2006.

FRAGA, N. C. **Vale da Morte**: O Contestado visto e sentido. Entre a cruz de Santa Catarina e a espada do Paraná. Blumenau: Ed. Hemisfério Sul, 2010.

GALEANO, E. **As Veias Abertas da América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 22 ed., 1986.

Graziano da Silva. J. Segurança alimentar: uma agenda republicana. **Revista Estudos Avançados**. São Paulo: vol. 17 nº 48, p.45 a 51, maio/agosto. 2003

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Base Cartográfica**. 2010. Disponível em: <http://mapas.ibge.gov.br/bases-e-referenciais/bases-cartograficas/cartas>. Acesso em: 12 de maio de 2014.

IBGE, **Dados da extrema pobreza**. 2003. Disponível em <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>. Acesso em: 10 de setembro de 2014.

LUDKA, V. M. A região do Contestado, a fome e a pobreza como permanência da guerra. **Revista NEP - Núcleo de Estudos Paranaenses**, Curitiba, v.2, n. 5, p. 1-24, 2016.

NOSSA; JÚNIOR. Contestado, a região Nordeste de Santa Catarina. **Estadão**, 2012A. Disponível em <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,contestado-a-regiao-nordeste-de-santa-catarina,834528> acesso em agosto de 2017.

NOSSA; JÚNIOR. Um dia é pouco para contar tudo o que vivi diz Maria Trindade Martins. **Estadão**, 2012B. Disponível em <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,um-dia-e-pouco-para-eu-contar-tudo-o-que-vivi-diz-maria-trindade-martins,834549> acesso em agosto de 2017.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

¹ Doutora em Geografia pela UFPR (2016). Professora do Colegiado de Geografia da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP), Campus Cornélio Procópio/PR. E-mail: vanessaludka@gmail.com

² Graduado em Letras (UENP). Graduando em Geografia da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP). E-mail: sergioaugustopereira018@gmail.com.

³ Graduada em Geografia pela Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP). Mestranda em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). E-mail: marianaps39@gmail.com

⁴ O Estado de Santa Catarina, para coordenar, ampliar e fortalecer a capacidade administrativa, econômica e social dos municípios, dividiu o estado em microrregiões, criando assim as associações de municípios, hoje em número de 21. As Associações de Municípios do Estado de Santa Catarina são entidades registradas como personalidade jurídica de direito privado, reconhecidas de utilidade pública, sem fins lucrativos e com estatuto próprio, tendo cada uma sua respectiva estrutura. Sua receita provém da contribuição dos municípios filiados. Com isso o Estado busca o estabelecimento da cooperação intermunicipal e intergovernamental, visando o Desenvolvimento Regional Integrado de cada Região, observando as deficiências e explorando suas potencialidades.